

GRUPO EDUCACIONAL FAVENI

ANA PAULA DE LIMA SORIANO

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO COTIDIANO ESCOLAR

**MIRACEMA /RJ
2019**

GRUPO EDUCACIONAL FAVENI

ANA PAULA DE LIMA SORIANO

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO COTIDIANO ESCOLAR

Artigo científico apresentado a FAVENI como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (Supervisão, Orientação, Inspeção e Administração).

MIRACEMA RJ

2019

RESUMO: Esta pesquisa é de cunho bibliográfico, com objetivo de abranger os aspectos sugestivos sobre a gestão democrática no âmbito escolar, que traz uma leve reflexão sobre a efetivação do desenvolvimento democrático nas escolas, conforme se deve observar e ao mesmo tempo indagar os fatos que estão sendo vivenciada. Acredita-se que diversas vezes o apontamento da gestão democrática faz parte somente retórica de poucos responsáveis, o que espelha na estabilidade de uma maneira tradicional que há anos não tem dado certo. Argumenta-se que o modelo de gestão se compõe junto com a escola de uma forma bem distanciada por um modelo comum, para melhorar o desempenho dos alunos, bem como apresentação de uma forma básica de qualidade, traçada na busca por todos os críticos que são capazes de produzir conhecimento. Assim sendo, alguns autores como Libânio, Paro e Luck mostraram argumentos importantes para que esse paradigma sobre a gestão seja utilizado, e ao mesmo período repulsam certos princípios errôneos de gestão participativa, que é meramente visível, trata-se de uma prática real e ativa. Faz-se necessário para que as pessoas lutem por uma participação no ambiente escolar, talvez, um dia seja possível ver a escola como um espaço de aprendizagem e construção de saberes.

Palavras chaves: Gestão democrática, Liderança e Política.

1.INTRODUÇÃO

Ao relatar o processo de construção coletiva, argumentar as perspectivas da gestão, é falar em:

“Um processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas” (DOURADO apud FERREIRA, 2006, p. 79).

A gestão escolar está estabelecida em qualquer organização em uma dimensão importantíssima da educação. A competência de administrar a escola é relevante para o crescimento do sujeito aprendiz. O aluno não aprende apenas na sala de aula, mas em uma escola como um todo: pela maneira como funciona e organizada; pelos atos globais para providenciar; pelo modo como os sujeitos se relacionam e como a escola se associa com a comunidade. Ou seja, um ensino de qualidade que procede ao conjunto das relações dos elementos externos e internos existentes no âmbito escolar, e do modo como esses conhecimentos estão organizados.

A diligência por reconhecer a democracia e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar a eficiência e a qualidade da educação pública tem sido uma energia desenvolvida a estimular o desenvolvimento de mudanças na forma de administrar às escolas no Brasil. A presença da comunidade escolar inclui pais, estudantes, professores e diretor que é parte do empenho em se afastar das noções corporativas e clientelistas.

Em uma instituição acadêmica, o papel importante do gestor para o andamento da metodologia do ensino-aprendizagem, será um trabalho mais competente e se for projetado e desenvolvido do modo integrado. Cabe demonstrar que o professor também é um gestor e deve ter conhecimento de cada ação e que irá induzir justamente em todo andamento da escola, essencialmente na aprendizagem do educando, em busca por um controle democrático, com a laboração ativa de todos os sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem do estudante, pois é uma luta constante das escolas.

Essas transformações englobam uma ação para democratizar a administração do educando e aperfeiçoar a qualidade educacional. O instituto de colegiados ou conselhos escolares, contem representantes dos pais, dos alunos, dos professores e dos funcionários, e do diretor da escola, com domínio deliberativo e poder resolutivo, tem atingindo níveis variados com muito sucesso. A pender do que forem alertados, poucos estudos

estabelecem o método votante com outros padrões profissionais, tais como: a função a ser alcançado em um teste opositor, com função de um plano escolar e instruções sobre o desempenho ido como diretor da escola.

Pretende-se atingir os seguintes desígnios específicos da gestão da escola pública apoiados pela histórica visão de estudos de casos, comunicativa e organizacional que desempenha, focando o papel do gestor em uma construção coletiva escolar. Propõe-se com este projeto de expressar como o gestor e o professor poder ser associados para obter os designios da educação escolar para o progresso cognitivo e a formação cidadã que possibilita a inserção real da sociedade responsáveis dos seus privilégios e deveres como cidadão.

1.1 Lideranças democráticas do gestor

A palavra líder é utilizada para denominar quem coordena como chefe e líder, vários pesquisadores, eficientes aos estudos da administração da liderança, demonstra-se a existência de aspectos de gerencia que interferem no ato de liderar. Em um debate podemos iniciar uma pergunta o que é liderança? Liderança é um encontro entre as aptidões de diálogo e transmissão de ideias. Há varias significados e, em cada proposito, um anexo de valores, um sistema de ideias.

O condutor democrático é prova das afirmações positivas em semelhança à sua postura no ato de liderar. A liderança democrática está baseada na competência de evidenciar o grupo através de uma escolha livre, em que o chefe representa o direito de escolher a segurança e as expectativas da equipe ou do grupo em si, sendo assim uma realização de elementos qualificados dos seus objetivos. Encontra-se também o líder liberal ou “Laissez-Faire”. Nesta ocasião a política é dar “Carta Branca” permitindo os Lideres a vontade, concedendo suas decisões deixando livres para agir por conta própria. A função do líder nesse caso é oferecer as informações que conduz o trabalho da equipe, pois e importante reforçar que não perdura que o líder com o único estilo, e sim frisando os líderes em ocasião especifica que acolhe um estilo único. Os estilos devem alterar de acordo com a motivação da equipe e a situação em que se atende.

Vale realçar o credito de que a liderança é o poder subjacente sobre às fundações do sucesso que são para elaborar as organizações vitais possíveis, são devido à liderança que auxiliam o estabelecimento e desenvolvimento em um novo sentido sobre as mudanças. É importante ressaltar que o líder que incentiva a sua equipe buscando

converter essas pessoas como novo seguidor para gerar mais líderes e torná-los aptos para enfrentar essas mudanças. No ambiente escolar o gestor diligente é aquele que busca receber os trabalhadores (corpo docente e administrativo), os propósitos da escola (formação dos educandos), instruindo em um ambiente bem-sucedido e acolhedor.

Ao desempenhar uma liderança mais conduta e elaborada, o gestor escolar deixará claro o que vai aguardar do grupo sem ser implacável e rígido. A instituição do trabalho escolar passa pelo desempenho dos professores na vida escolar, jamais no que diz respeito ao fazer na sala de aula, mas avançando para comunicação efetiva nas resoluções administrativo-pedagógicas que são ocupadas no interior da comunidade escolar. Dessa maneira a gestão deve ser democrática, ofertando uma dedicação prática pedagógica avançada pelos professores que une o estabelecimento escolar à sociedade, uma vez que a proporção pedagógica é uma das vantagens do gestor, a qual se encontra fundamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, Arts. 3º VIII, 12, 13, 14 e 15. Ao distinguir essas finalidades pedagógicas dadas a sua ação burocrática sobre o gestor escolar, pois ao perceber que a aquisição dos seus docentes é o ponto de partida e de vinda da ação administrativa.

Em definição específica, a administração é sempre da educação, que lhe define a essência teórica e a direção da prática. É-lhe exigido cada vez mais a presença e o envolvimento nas atividades da escola, expondo e associando os seus diversos setores, para presenciar o aspecto eficaz da gestão: a finalidade pedagógica. Pois o gestor não precisa apenas ser o chefe, mas liderar toda a sua equipe com cumplicidade.

2. GESTÃO DA ESCOLA NOVA E SUAS CONCEPÇÕES DA GESTÃO

As políticas públicas educacionais são planejadas e acrescentadas pela necessidade de aumentar os níveis de escolaridade da população, buscando uma melhoria de ensino de qualidade onde busca a garantia da possibilidade e conservação dos alunos na escola públicas e a democratização da gestão escolar. Esses elementos sugerem uma nova forma de pensar e fazer escola, dado que essa efetue uma enorme influência na elaboração do sujeito e na relação com a comunidade na qual está inserido. Portanto, a escola tem dado um chamado para examinar a sua organização, sua disposição e desempenho no sentido de submeter o seu papel na sociedade; dever que não se abaliza apenas em ensinar os assuntos curriculares básicos, mas ofertar a ferramentas críticas para o educando absorver as relações sociais. Torna-se compulsório que a escola seja marcada

em padrões ensinamentos que propiciem ao estudante a sua real presença na sociedade, informando o que este feito por eles.

Ponderar o aluno como núcleo de sua ação isso implica nas alterações na forma de como a escola é conduzida. Deve resultar em método concentrado com a efetivação do método ensino e aprendizagem, com a administração, com o ambiente escolar, com os recursos humanos e com abrangência dos pais e da comunidade.

A instituição atual deve argumentar o seu papel em uma sociedade pós-moderna na pós-industrial, designada pela a mundialização da economia, das comunicações, da disciplina e da cultura. Nesse corpo social cresce a exigência pela participação e independência contra toda forma de normalização e o desejo de afirmação da característica de cada região, de cada língua etc. Autossuficiência da unidade escolar tem sido abraçada por educadores como requisito necessário para o avanço do ensino e, mesmo, para que se encontra a verdadeira educação. Esse tópico mostra o valor da autonomia e do trabalho na colocação da gestão democrática proporcionando alguns mecanismos fundamentais, nos costumes corporativos, para a coordenação de escolas voltadas para a qualidade de ensino democrático e do sistema escolar.

2.1 Gestão Participativa e a Emancipação da Escola

Apesar de que não haja uma inusitada forma de implantar um método de gestão participativa, é provável comprovar alguns valores e princípios, e prioridades, na concepção fundamentada dessa gestão. (LIB³ NEO,2004 p.79). O autor define, o conceito de participação baseia na emancipação, que significa a disposição das pessoas e dos grupos de regularem a sua própria vida. A autonomia a defende-se as constitui absolutista tomada de decisão e, assim como, um modelo de gestão participativa tem na emancipação um dos seus mais notáveis elementos, implicando a livre escolha de metas e processos de trabalho e a edificação conjunta do ambiente de trabalho. Na filosofia a autonomia e assimilada como a capacidade de que um indivíduo ou uma organização possa se autogovernar-se, ou seja, de ter bons resultados das suas próprias regras. Gadotti (2001, p.47). Assegura que autonomia se baseia na criação de novas afinidades sociais, que se sustentam as relações autoritárias viventes. Sendo o adverso da uniformização, ela acolhe a diferença e supõe a parceria.

2.2 A Construção do Projeto Político Pedagógico

O procedimento de gestão da escola se baseia no Projeto Pedagógico da Escola. O sistema democrático é o efeito da ação coletiva. Tal a metodologia implica em debater a presença da comunidade escolar na descrição de suas políticas e de seus projetos educacionais. A Proposta pedagógica ou Projeto Político da Escola tem como o alvo de concordar que cada escola seja uma escola produtiva, dado que prescreve para a sua elaboração, uma análise sobre o ensino que oferta aprendizagem dos alunos: como ensinar, como avaliar e o que ensinar para que os educandos aprendam, a se expressar e obter compromisso com aprendizagem dos seus alunos. Portanto, as instituições precisam estabelecer o seu papel social, cultura e educacional da escola e sua Proposta Pedagógica pactuando com os desígnios gerais com objetivo da educação escolar, pois distinguindo seu próprio caminho educativo, conforme o seu contexto com a sua realidade escolar. Para Rosar (1992, p. 12), isso significa que:

[...] a redefinição da estrutura de poder, desde o nível macro do Ministério da Educação na sua forma de organização e funcionamento, até o nível micro de cada escola. As ações do MEC deveriam estar adequadas às deliberações de um Fórum Nacional de Educação que pudesse definir, a partir de amplo debate nacional, as diretrizes político-pedagógicas, as prioridades educacionais, a garantia de recursos para todos os níveis de ensino considerados como um todo, e as formas de avaliação dos mesmos, com a participação de diversos setores sociais.

Convém ao gestor coordenar a produção e implantação da proposta Pedagógica da escola, mencionando o previsto Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), pois deve basear-se das informações e meditações que estão presentes nas relações aos problemas de aprendizagem dos educandos da lógica curricular, da metodologia de ensino, do método de avaliação, dentre outros conceitos das práticas escolares. A Proposta Pedagógica deve ser feita em grupo junto com a equipe pedagógica, no entanto deve pensar no seu ponto de vista de aprendizagem e de educação, o que propõe dos docentes o conhecimento e reflexão dos referenciais curriculares (LDB, Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretriz Curricular do sistema de ensino a que a escola está ligada), também sobre argumento de inclusão nos seus abundantes aspectos, avaliação metodologia entre outros pontos. Por conseguinte, possa ser instituída a Proposta Pedagógica solicita uma série de conhecimentos da equipe pedagógica que deve perceber um momento de troca de conhecimento entre a equipe em que a escola possa melhorar cada vez mais.

3. GESTOR E SUAS CONSTRUÇÕES COLETIVAS

A escola, é um conjunto de interação social, e um temperamento vivo e dinâmico, e como deve ser compreendida. Dessa forma constitui por uma rede de relações e os fundamentos em que nela pede, seja direta ou indiretamente, ou seja para o caminho que demanda um novo sentido de organização. E é a essa inevitabilidade que a gestão tenta responder. Estudos de que gestores obtém esforços no significado de acompanharem os fatos de aceleração de transformações e faz-se mais competentes por meio da valorização do desempenho compassivo. Nessa conjuntura, o gestor é cada vez mais persuadido da obrigação de levar em apreciação de acontecimentos de ideia de democracia, que conduz a equipe de professores, e mesmos os responsáveis locais, à maior informação, à maior implicação nas adotadas decisões. É necessário que haja uma mudança não apenas nas práticas, mas também pedagógica e principalmente da gestão, tendo como referência as convivências entre a cultura da escola, cidadania e democracia. O colégio não apenas pode fomentar uma postura igualitária de seus integrantes não age da mesma forma.

3.1. A Equipe Escolar e a Motivação

O termo motivação sempre nos refere a expressão como: alegria, paixão, entusiasmo e felicidade, fazendo as pessoas gostar no que faz entre as outras. Os seres humanos são motivados a serem mais felizes e produtivos, geram relacionamentos saudáveis e mais duradouros e bem-sucedidos. Desse modo a motivação é uma das razões internas a qual temos que dar específica atenção, para absorver o comportamento das pessoas nas organizações. Portanto é fundamental que o gestor escolar se encontra atento às necessidades da comunidade escolar, visando-a satisfazê-la sobre a medida possível, para permanecer um bom ambiente organizacional e ter um bom sucesso e cooperação de todos, pela busca de uma escola eficaz e qualidade.

Determinadas questões devem ser avaliadas pelo gestor ao trabalho em equipe: os envolvidos no método educacional estão verdadeiramente interligados com a missão escolar? Será que estão motivados? Ou responsáveis estão esperando que a equipe da escola se encaixe? Essas observações sevem como ponto de partida para refletir a perspectiva educacional prescrita para um novo cenário que demanda e se tenta ser, mais dinâmico, produtivo e comprometido com estudo escolar, em que os professores, funcionários, pais e alunos possam de fato se sentirem motivados e envolvidos pela a educação e aprendizagem.

4. CONSIDERAÇÃO FINAIS

Para estabelecer novas relações entre escola e sociedade ficou bem claro que, é necessário que se solicite de fato a democratização na gestão. Precisa-se repensar a teoria e a prática da gestão educacional no aspecto de suprimir as limitações formais e optar por uma avaliação de resultados, incentivar a autonomia das escolas e das unidades institucionais, com a presença da comunidade escolar no domínio social da escola. Essas concepções e práticas estão acompanhadas ao novo papel do Estado e de seus interesses e reestruturação dos cursos de formação profissional em educação. Não se pode evitar que a importância do ensino passa pela gestão democrática. Estabelecendo organismos de conhecimento grupal de todas as partes da comunidade escolar nas afirmações administrativas e pedagógicas da escola, pois contornam as possíveis superação nas relações autoritárias de poder, os personalismos e as diversidades, e requerer uma educação de qualidade. A gestão democrática é indispensável para situar uma cultura de conhecimento sem a qual não se exterminará o assistencialismo e clientelismo e a adulteração, que de fato, vinculam o sistema de dominação e o subdesenvolvimento.

A gestão democrática tem uma peculiaridade pedagógica: ela converte a escola num laboratório de direito e deveres do cidadão. O revigoramento da escola e o avanço de sua autonomia política pedagógica são categorias essenciais para promover a qualidade de educação e essencialmente constituem num órgão de construção de uma nova condição de cidadão. Assim a socialização torna-se uma passagem para que a prática pedagógica seja realmente uma prática social e que possa cooperar o fortalecimento do procedimento democrático mais amplo. Conforme o surgimento da democratização, a gestão escolar providencia, na comunidade escolar, remanejando e compartilhando as responsabilidades que objetivam a legalidade do sistema escolar, pelo desempenho mais eficaz dos objetivos educacionais.

Assim, todos os indivíduos envolvidos devem fornecer efetivamente se encarregando por colocar em prática as disposições tomadas em conjunto, de modo de alcançar os melhores resultados de uma pesquisa de uma educação de qualidade. O administrador é capaz de exercer liderança e pode motivar a diferença entre a escola estagnada e uma escola em movimento. Não apenas no Brasil, mas no mundo todo, poucos os diretores que atuam como professores de professores e intermediário dinâmico de mudança. A ótima notícia é que a liderança educacional é uma desenvoltura que pode ser avançada e exercitada a cada dia. Com o propósito de que aconteçam transformações

na qualidade do ensino, é conciso que o diretor vá além da influência indireta no trabalho dos professores.

Deve-se atuar como líder educacional e inspirar abertamente o comportamento profissional dos educadores. Conjuntamente está em contato permanente com os educadores fazendo que cada profissional pai e aluno sintam que a escola lhe pertence. Tem que ser fonte de entusiasmo, incentivo e suporte técnico. Promove a criatividade, pois juntamente estabelece padrões, afronta, corrige, capacita. Aprecie o desempenho dos profissionais, sabendo que dar reconhecimento os motiva a fazer seu trabalho cada vez melhor. Por essa razão, é capaz de retirar o máximo de seu grupo de responsáveis. Se o diretor é um líder, pois ele não deixa os educadores abandonados à própria sorte, independentes em uma sala de aula. Estabelece jornada escolar, elaborando espaço para reuniões semanais ou pelo menos quinzenais dos professores, por disciplina ou por serie.

Incentiva a discutir, em equipe, problemas pedagógicos como enigma em motivar a classe ou em pôr convivência entre conteúdos e a vida dos alunos. Os professores utilizam esse momento que refletem sobre a sua pratica e com finalidades e novas possibilidades. Ao clima expansivo, não ameaçador, de colaboração, vão ficar à vontade até para argumentar sobre seus específicos erros, debatendo e instruir-se com eles. Em que o diretor e o líder, pois ele é também um grande condutor, capaz de movimentar e pronunciar os mais diferentes setores em torno da missão escolar. Assegura para instrui os pais, por exemplo, aprimorar sistematicamente os costumes de estudos de seus filhos ou esforçar-se naturalmente em projetos de restauração.

Estrutura as corporações sociais e culturais da sociedade que possam apresentar as ações complementares junto aos docentes, como teatro, dança, esportes, informática e estudos de línguas. A todo instante o seu trabalho é alcançado com os bons sucessos, faz com que toda a equipe se sinta que está entrando em um projeto vital, algo sagrado que muito importante que exigirá sacrifícios. Dessa forma as características do novo líder nos trazem obter cooperação espontânea da equipe em sim, delegando competências e interagindo a liderança do diretor. São capazes de gerar essas atitudes de comando com a obediência, que atualmente são substituídas pela apreciação da força humana de trabalho.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. **Administração da educação, poder e participação**. Revista Educação e Sociedade, São Paulo: Cortez, 1979, vol. 2, p. 36-46.

BAHIA. **Leis Básicas da Educação. Programa Ação Educar**. v. 1. Salvador, 1997.

BERGAMINI, Cecília W. **Motivação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, nº 248, 1996.

CASAS SUS, Juan. **Tarefas da Educação**. Campinas/SP: Autores Associados, 1995.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa**. São Paulo: Makron Books, 1994.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 6ª ed. São Paulo: Cortez; DF: MEC: UNESCO, 2001, Relatório para UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI. p.1 a 117

FONSECA, J. P. Da. **Planejamento educacional participativo**. Rev. Faculdade de Educação. São Paulo. V. 21, n. 1, p. 71-112, jan/jun. 1995.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José (org.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997. GIRLING, Robert H & KEITH, Sherry. **Gestão Participativa**.

SALVADOR, 1996 (xerocado). HENGEMUHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

AWLER III, Edward E. **Motivação nas Organizações de Trabalho**. In: Bergamini, C.W. (org). **Psicodinâmica da vida organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1990.

KUENZER, Acácia Zeneida. **As Mudanças No Mundo Do Trabalho E A Educação: Novos desafios para gestão.** In: In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.) **Gestão Democrática da Educação: Atuais tendências, novos desafios.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ROSAR, M.F.F. **A dialética entre concepção e a prática da "gestão democrática" no âmbito da educação básica no Brasil.** Educação & Sociedade, Campinas, dezembro, 1992.